

## IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 26.03.2020

### AUMENTO DA EFICIÊNCIA ATRAVÉS DE MEIOS DE PAGAMENTO MÓVEL

A epidemia do novo tipo de coronavírus destacou a importância de se promover em Macau serviços financeiros “*contactless*”, com o desenvolvimento do pagamento electrónico, reduzindo, assim, o uso de numerário e os riscos de contágio da população por doenças transmissíveis, por isso, é uma medida importante para a prevenção de epidemias. Mas o desenvolvimento das tecnologias financeiras em Macau é lento e o ponto de partida é baixo, por isso, sugiro que o Governo tome como referência as experiências do desenvolvimento do Interior da China e de Hong Kong, começando pelo pagamento móvel e pela liquidação rápida de transacções locais, e reforce o apoio e a orientação das políticas para promover o desenvolvimento do pagamento electrónico e das finanças públicas em Macau.

#### 1. Promoção do pagamento móvel em Macau

Durante o período da epidemia, verificou-se um aumento da procura de compras de “*take away*” e de comércio *on-line*, o que demonstra a conveniência dos meios móveis de pagamento.

Actualmente, embora o mercado de pagamento móvel de Macau esteja numa fase de crescimento e a acelerar o seu desenvolvimento, as empresas e os residentes continuam a depender, principalmente, do dinheiro, dos cartões bancários e dos cartões pré-pagos para concluir as transacções de consumo. Até ao final de 2019, várias instituições financeiras de Macau lançaram no total 11 serviços de pagamento móvel, e o número de dispositivos para pagamento atingiu 37 000, 2,3 vezes o valor de 2018. Em 2019, foram realizadas 16,52 milhões de transacções com pagamento móvel, 12,3 vezes o valor de 2018.

Comparando com as regiões vizinhas, o pagamento móvel em Macau ainda tem de ser promovido pelo Governo e pelo sector financeiro, para se alterar gradualmente os hábitos de pagamento dos residentes e dos estabelecimentos comerciais. Assim, o Governo deve tomar como referência as experiências das regiões vizinhas, e reforçar o apoio ao desenvolvimento do mercado de pagamento móvel para aumentar a sua aceitação e divulgação. Deve divulgar e promover o uso do pagamento móvel pelos vendilhões dos mercados municipais, e aumentar o uso nos assuntos governamentais e nas instituições públicas, para servir de exemplo.

#### 2. Optimização constante das “infra-estruturas” financeiras, desenvolvimento activo do *E-Billing* e criação em Macau de sistemas de pagamento rápido

Actualmente, Macau tem um sistema de liquidação imediata em patacas e em renminbis (RTGS) e, neste ano, vai ser criado o mesmo, mas em dólares de Hong Kong, por isso os canais de liquidação vão ser em maior número e mais perfeitos. Mas em Macau há falta de uma plataforma unificada de processamento de transferências interbancárias,

por isso, muitas pessoas ou empresas continuam a recorrer aos meios tradicionais, cheques ou numerário, nas suas transferências, o que leva à baixa eficiência dos referidos sistemas. A AMCM está a construir o “Sistema de Pagamento Directo Electrónico Transfronteiriço de Guangdong e Macau” (*E-Billing*), para facilitar aos residentes os pagamentos na província de Guangdong através dos bancos de Macau, concretizando a circulação transfronteiriça de informações e o fluxo de capitais na internet, entre outros. Para concretizar, o mais cedo possível, a transferência de numerário durante “7 dias x 24 horas”, e a redução da dependência e da frequência de utilização de notas e cheques, promover a transparência do modelo das transacções financeiras locais e facilitar a fiscalização, sugere-se ao Governo que, na configuração do *E-Billing*, crie interconexão com as aplicações dos bancos locais, para a função de transferência interbancária. Primeiro, é possível permitir as transferências interbancárias de indivíduos e empresas, e, depois do “amadurecimento” do modelo, alargar o âmbito de aplicação às instituições financeiras não bancárias, às plataformas de pagamentos de empresas com colaboração e às empresas de comércio electrónico, com o objectivo final de construir o Sistema de Pagamento Rápido (FPS) de Macau.

Em Macau, o pagamento electrónico está em vias de desenvolvimento e muito atrasado em relação ao Interior da China, por isso, é necessário acelerá-lo, por ser um factor importante para a construção da cidade inteligente. Na sequência da integração de Macau no desenvolvimento da Grande Baía, o Governo deve acelerar a interligação e a interconexão dos sistemas de pagamento electrónicos, para criar um sistema de pagamento móvel transfronteiriço sem limites, e facilitar a vida dos residentes em termos de turismo, comércio, serviços financeiros, etc.

## **IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Lao Chi Ngai em 26.03.2020**

### **Auto-reforço na situação epidémica, ultrapassando em conjunto as dificuldades**

Após a eclosão da epidemia do novo tipo de coronavírus, o Governo da RAEM tomou decisões decisivas e medidas atempadas de prevenção, com resultados positivos. O Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, tem dirigido pessoalmente as diversas medidas de prevenção e controlo da epidemia. Apesar de recentemente terem surgido casos importados do exterior, o Governo ajustou, de forma activa, as estratégias de prevenção e controlo, aperfeiçoando as medidas de resposta e prevenindo os riscos importados da epidemia. Todos os profissionais de saúde e trabalhadores da linha de frente têm mantido o espírito de dedicação ao serviço, o sentido de profissionalismo e o empenho nos trabalhos de prevenção e controlo da epidemia. Permitam-me que lhes dirija os meus mais sinceros agradecimentos! A população deve continuar a apoiar e a colaborar com as medidas adoptadas pelo Governo na prevenção da epidemia.

Recentemente, vimos alguns vídeos na televisão e na internet sobre o auto-reforço na situação epidémica, dos quais se destacam os vendilhões, os trabalhadores por conta própria, as instituições de ensino, etc. Eles contaram ao público as suas dificuldades e explicaram como, nos dias mais difíceis, tentaram encontrar os melhores elementos que pudessem servir de base para a recuperação das suas explorações no futuro. Por exemplo, os donos de lojas a retalho mudaram o hábito de aguardar pelos clientes nas suas lojas, passando a levar-lhes directamente as mercadorias, mantendo assim as relações com os clientes. Algumas lojas físicas transformaram-se ao mesmo tempo em lojas “online”; e centros de explicações passaram a ser “online”, após as escolas terem passado a dar aulas através da internet. Diz-se que o risco é sempre acompanhado de oportunidades e que a epidemia conduz ao auto-reforço.

Em face da epidemia, o espírito de adversidade e de autofortalecimento merece ser encorajado, mas gostaria de falar um pouco mais sobre dois aspectos.

Primeiro, em termos de condições próprias de Macau, são boas a capacidade financeira e de execução das políticas, e a vontade e a união da população para combater a epidemia. Assim, estamos confiantes em vencer esta epidemia e em recuperar o desenvolvimento económico! Mas há dois lados em tudo: Macau é pequena e com pouca população, tem uma estrutura económica dependente do exterior e, com o aumento da possibilidade da economia global entrar numa recessão económica, Macau não vai escapar. Neste caso, o problema já não pode ser resolvido apenas com os próprios esforços, mas, sim, com os esforços conjuntos de toda a sociedade para ultrapassar as dificuldades.

Segundo, os esforços de toda a sociedade devem focar-se na prevenção e no controlo da epidemia, e na recuperação económica. Neste momento, a epidemia no País está basicamente controlada, e o Governo Central já destacou a importância do restabelecimento da produção e da retoma do trabalho em todo o País. Macau está a par dos trabalhos do País de combate à epidemia e a nossa prioridade deve ser a recuperação

económica, procurando manter a taxa de emprego.

Face à epidemia, temos de envidar esforços para o seu combate, e o Governo, as associações e os sectores de actividade devem fazer um esforço conjunto para enfrentar a situação, acelerando o restabelecimento da produção e a recuperação da ordem normal da vida.

## **IAOD do Deputado Ho Iong Sang em 26.03.2020**

A situação da Covid-19 traz, com a sua persistência, um enorme impacto para os diversos sectores de actividade, e graves efeitos para o dia-a-dia e para o emprego dos residentes, enfrentando alguns deles o risco de perderem o emprego, enquanto os preços dos produtos vivos e frescos e dos produtos petrolíferos não só se mantêm em alta, mas tendem ainda a subir, mesmo com o mercado em queda, uma situação irrazoável e inadmissível, pois vai acarretar encargos para os residentes.

Quanto aos produtos vivos e frescos, uma organização recolheu, nos últimos dias, os dados divulgados pelo Conselho de Consumidores em 25 de Fevereiro, e 3 e 10 de Março, relativos ao preço da carne de porco vivo e fresco para análise, tendo-se verificado que, desde 11 de Janeiro, o seu preço de venda por grosso se tem mantido em 3090 patacas por 100 cates, enquanto o preço a retalho tem estado a subir, com significativas diferenças nos 9 mercados municipais e, de um modo geral, superior ao dos supermercados. Os talhos dos mercados municipais gozam de três isenções, no âmbito da política de benefícios, o que lhes permite oferecer aos residentes um certo benefício nos preços, então, porque estão ainda tão altos os preços? Numa situação de epidemia e de insuficiente fornecimento de porcos vivos, consta que alguns comerciantes tiveram que comprar carne de porco vivo aos seus pares, conduzindo a uma subida do seu preço a retalho e lesando os direitos dos consumidores. Assim, exorto o Governo a intensificar as acções de fiscalização, promovendo inspecções nos mercados e reordenando as vertentes intermédias, para garantir aos residentes a compra de carne de porco a preços razoáveis e evitar situações de aproveitamento por ganância de comerciantes menos escrupulosos. Mais, espero ainda que o Governo dialogue, por sua iniciativa, com os talhos dos mercados, para os persuadir a manter estável o preço dos produtos, durante a epidemia, e acelerar a criação de um posto intermédio em Zhuhai de fornecimento de porcos vivos, encontrando mais fontes de abastecimento na província de Guangdong para estabilizar o seu fornecimento e venda, e garantir a estabilidade do preço e a segurança alimentar.

Quanto aos produtos petrolíferos, o preço internacional do petróleo caiu muito, batendo um novo recorde nos últimos 18 anos. Mas os seus preços em Macau mantêm-se elevados e estão desindexados dos preços internacionais, por isso os residentes levantam a suspeita sobre “aumento rápido, redução lenta” e “maior a subida, mas menor a descida” dos preços, prática de cartel, negócio usurário e monopólio. Mais, a definição dos preços não é transparente; as informações do mercado são assimétricas; os preços entre a importação e a venda a retalho apresentam discrepâncias, e os produtos petrolíferos não funcionam em exclusividade. Face a isto, o Governo apenas pode emitir uma nota de imprensa para exortar o sector a ajustar os preços, o que é muito passivo. Em resposta ao apelo, só uma companhia reduziu os preços da gasolina sem chumbo e do gásóleo com baixo teor de enxofre nos postos de abastecimento de combustíveis. A sociedade questiona a percentagem da redução dos preços e a não redução dos preços do gás de petróleo liquefeito de uso doméstico, o que deixa os residentes sem saber como agir. Assim, esperam que o Governo melhore, quanto antes, a divulgação dessas informações, aumente a transparência, maximize a função do grupo de trabalho interdepartamental para a

fiscalização dos combustíveis e crie um mecanismo de ajustamento dos preços desses produtos adequado a Macau, para proteger os direitos e interesses dos cidadãos.

A longo prazo, há que acelerar os trabalhos legislativos da “Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor”; aumentar a predominância do Governo, para obter informações sobre os preços dos produtos e informações utilizadas para definir os preços; estudar de forma macro os preços dos produtos; clarificar as etapas do meio; investigar a existência ou não de irregularidades; dar resposta clara e razoável aos cidadãos; acelerar os estudos sobre a concorrência leal e o combate ao monopólio; elaborar, quanto antes, a respectiva legislação; e reforçar a protecção dos direitos e interesses dos consumidores.

## IAOD do Deputado Wang Sai Man em 26.03.2020

### **Agarrar as melhores oportunidades para encontrar um caminho para a recuperação turística**

Neste momento, a pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus está a alastrar-se pelo mundo todo, com vários países e regiões a reforçarem as medidas de controlo de imigração, afectando ainda mais o sector do turismo. A economia de Macau, uma microeconomia aberta, depende principalmente do jogo, do turismo e da exportação de serviços. Com a circulação quase “congelada” de turistas, a pressão da recessão económica é cada vez maior, constituindo um choque fatal para muitas micro, pequenas e médias empresas.

O surto da epidemia está a ter grande impacto na economia mundial, acreditando-se que a recuperação da indústria turística após a epidemia será a tarefa prioritária dos governos de vários países e regiões. O turismo, enquanto indústria pilar de Macau, tem influência em todos os sectores. Na RAEM, os trabalhos de prevenção epidémica da primeira fase foram bem-sucedidos, e as actividades económicas da sociedade vêm recuperando, gradualmente. Assim, deve o Governo aproveitar a oportunidade para, quanto antes, definir planos para liderar os operadores na optimização e inovação dos produtos turísticos, e na exploração de mais itinerários característicos de turismo *in-depth*, criando experiências turísticas únicas e personalizadas, a fim de se preparar para estimular a economia após a epidemia. Mais, o Governo deve apoiar na formação de pessoal e na elevação da qualidade dos serviços prestados, e reforçar as acções de promoção no exterior, nomeadamente, divulgar os eventos festivos a realizar e definir políticas de benefício para clientes específicos, a fim de atrair o regresso de turistas, procurando destacar-se no meio da concorrência feroz que se prevê aparecer depois da epidemia, tendo em vista a retoma, quanto antes, do funcionamento normal do mercado de turismo e o regresso da economia ao caminho certo.

A epidemia a nível mundial continua grave. O Interior da China é o maior mercado emissor de turistas para Macau, mas não há ainda um prazo para a retoma dos vistos individuais. Assim, será difícil, a curto prazo, para o sector do turismo de Macau recuperar-se verdadeiramente. Actualmente, várias províncias e cidades do Interior da China têm retomado, sucessivamente, as suas actividades, voltando, gradualmente, à normalidade. Espera-se que o Governo da RAEM dialogue, activamente, com os serviços competentes do País para, em circunstâncias seguras de controlo epidémico, reactivar, quanto antes, a política de visto individual para as zonas não epidémicas, no sentido de criar confiança no mercado e ajudar o sector a ultrapassar as dificuldades.

Com o posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, o desenvolvimento do turismo a longo prazo deve dar preferência à qualidade, em detrimento da quantidade. Esta epidemia veio demonstrar a vulnerabilidade da indústria turística de Macau, o que merece também uma reflexão sobre o seu desenvolvimento. O

Governo deve rever as políticas turísticas e definir planos de longo prazo, inovar a gestão do turismo, melhorar as instalações complementares de *software* e *hardware*, reforçar as políticas de apoio, desenvolver mais projectos turísticos de qualidade, diversificar os produtos turísticos e reforçar a resiliência do sector. Ao mesmo tempo, sugere-se que, à semelhança do que se faz em Hong Kong, estude a criação de um “Fundo de Desenvolvimento da Indústria Turística”, para, por um lado, dar resposta a situações imprevistas e, por outro, organizar acções de formação e divulgação, ajudando o sector a promover o seu desenvolvimento qualitativo e a aumentar a competitividade e a capacidade de sobrevivência.

## **IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 26.03.2020**

Face ao continuo impacto da epidemia em Macau, todos os sectores de actividade foram afectados, prejudicando directamente a vida dos trabalhadores. A epidemia alastrou-se por todo o mundo e as perspectivas económicas globais não são optimistas, prevendo-se que a economia de Macau venha a ser gravemente afectada, assim como, necessariamente, o mercado de trabalho. Muitos trabalhadores já foram obrigados a gozar férias sem vencimento ou foram despedidos, portanto, o Governo deve continuar a implementar as medidas de apoio às empresas e de garantia de emprego aos residentes, nomeadamente, as que garantem a prioridade da contratação de trabalhadores locais e que permitam que os trabalhadores não residentes saiam do mercado de trabalho, para assim aumentar os postos de trabalhos para os residentes e salvaguardar o desenvolvimento saudável do mercado de emprego de Macau.

Há dias, o Chefe do Executivo referiu que, no ano passado, a taxa de desemprego ultrapassou os 1,7%, prevendo-se que agora ultrapasse os 2%, e o Governo espera resolver o problema através do projecto “trabalho sim, caridade não”. Recentemente, o Governo lançou a primeira fase deste projecto, e as 300 vagas esgotaram-se rapidamente, pois foi grande a procura por parte da população. Segundo o Secretário para a Economia e Finanças, Lei Wai Nong, no próximo mês, será possível aumentar, faseadamente, o número de vagas até mil, havendo vagas suficientes para as áreas da construção, radiotáxis, restauração, água e electricidade. Concordo plenamente com este rumo, pois será possível ajudar os trabalhadores a elevarem as suas capacidades técnicas e a alargar o seu âmbito profissional, com vista a alcançar o objectivo de os “ensinar a pescar”.

Espero que o Governo, com o lançamento do plano e o resultado da inscrição, efectue devidamente a avaliação e análise estatística sobre o desemprego, para conhecer melhor as profissões mais atingidas e o número de trabalhadores afectados, no sentido de lançar actividades de formação e serviços de colocação profissional mais específicos. Com o conhecimento da situação de emprego sob a influência da epidemia e da tendência do desenvolvimento, o Governo pode lançar mais actividades de formação adequadas aos trabalhadores e empregadores, preparando-os para a futura retoma da economia. Além disso, o Governo deve identificar mais oportunidades de emprego e criar mais postos de trabalho, para garantir a estabilidade social. Para aqueles em férias sem vencimento ou com redução do volume de trabalho, o Governo pode pagar cursos ou oferecer subsídios de formação, para apoiar os trabalhadores e incentivar os empregadores a manter o ganha-pão. Acredito que com a compreensão mútua e a solidariedade das partes, patronal e laboral, o Inverno será superado e a Primavera irá chegar.

## **IAOD do Deputado Lei Chan U em 26 de Março de 2020**

### **Cumprimento da responsabilidade constitucional Promoção da produção da “Lei Sindical”**

A liberdade de associação é o valor nuclear da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e é um direito fundamental de trabalho reconhecido por todos os países. A liberdade de associação faz parte dos direitos humanos fundamentais. A sua concretização não tem a ver com o nível de desenvolvimento económico. Independentemente do nível de desenvolvimento económico de um país ou de uma região, todos os trabalhadores devem gozar deste direito. A liberdade de associação é um direito de natureza assistencial, cujo exercício carece de um enquadramento legal que ofereça as medidas necessárias à sua protecção e garantia. Assim, a vontade do Governo é essencial na criação deste tipo de ambiente de apoio. É lamentável que, ao longo dos últimos 20 anos, o Governo tenha tido uma atitude passiva na produção da Lei Sindical e careça de compromisso. Até ao momento, não tem cumprido efectivamente a respectiva responsabilidade constitucional, para, através de uma lei, proteger a liberdade de exercício desse direito dos trabalhadores.

Desde o retorno à Pátria, os deputados apresentaram 11 projectos de lei sindical sem êxito, o que leva a sociedade a questionar se o Governo se pode esquivar da sua responsabilidade constitucional, nos termos da Lei Básica. O Governo deste mandato afirmou, recentemente, que era a altura oportuna para legislar sobre a lei sindical e que ia proceder, em primeiro lugar, à consulta pública, para reunir a opinião dominante, mas salientou que, por enquanto, ainda não há condições para divulgar a calendarização da consulta. Isto leva a que a sociedade fique sem saber quando é que vai ser feita!

Sinto que o Governo está a arrastar e a diminuir, ao longo dos anos, a eficiência administrativa dos trabalhos de revisão das leis da área laboral, por exemplo, em Maio de 2015, apresentou ao CPCS a proposta de revisão da Lei das Relações de Trabalho, uma lei que já está em vigor há cinco anos, nomeadamente, sobre a compensação da sobreposição de dias de descanso semanal com os feriados obrigatórios, o alargamento da licença de maternidade e a criação da licença de paternidade remunerada, questões que já reuniram consenso na sociedade, mas a proposta de lei não foi aprovada nem publicada; mais, o montante do salário mínimo previsto para os dois sectores deve ser revisto anualmente, mas já se passaram mais de 4 anos desde a sua entrada em vigor e o Governo só alterou o valor do salário por hora de 30 para 32 patacas, no dia 1 de Setembro passado. Recentemente, o Governo afirmou que, depois de ponderar diversos factores, ia manter o valor actual do salário mínimo, e esta decisão vai levar a que o salário mínimo dos trabalhadores destes sectores apenas seja aumentado 2 patacas por cada 5 anos. Será que isto é razoável? Gostaria apenas de dizer que: “cada um tem uma régua dentro de si para avaliar a justiça”.

Reitero mais uma vez: o Governo tem a responsabilidade indeclinável de promover a lei sindical, portanto, deve aperfeiçoar e reforçar, quanto antes, os diplomas legais

relacionados com os direitos fundamentais dos trabalhadores, para demonstrar a sua determinação em cumprir a sua responsabilidade constitucional e dar uma imagem de um governo responsável pelo primado da lei. Pelo exposto, solicito que inicie, de forma ordenada e atempada, os trabalhos legislativos relativos à Lei Sindical, dando cumprimento à Lei Básica e à Convenção Internacional do Trabalho que vigora em Macau, criando estas normas no nosso sistema jurídico e colmatando assim as lacunas existentes.

## IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 26.03.2020

Recentemente, registou-se um acidente de trabalho grave num estaleiro do COTAI, que causou três mortos e quatro feridos. A vítima mais jovem tinha apenas 19 anos, o que é lamentável. A DSAL já ordenou ao empreiteiro a suspensão das obras até à implementação de medidas eficazes para melhoria da segurança e saúde ocupacional e à apresentação do relatório de investigação, e o trabalho só pode ser retomado após autorização da DSAL.

Um acidente de trabalho já é demais, e nenhuma coisa é mais importante do que a vida humana. O Governo salienta várias vezes que vai reforçar a respectiva inspecção e a aplicação da Lei, para garantir a segurança ocupacional. Porém, o número de acidentes de trabalho tem sido muito elevado em Macau, no ano passado, registaram-se 6625 vítimas, das quais 7 morreram e 21 não podem trabalhar por um longo período de tempo. Quanto às mortes, duas tiveram a ver com a violação da lei sobre a segurança e saúde ocupacional. As lições sangrentas tiradas ao longo destes anos não conseguiram despertar a atenção da população para a segurança no trabalho, o que demonstra que a situação em Macau é preocupante, nomeadamente tendo em conta a fraca consciência dos trabalhadores, a falta de formação, a grave desactualização das leis e a leveza das sanções. Os trabalhadores e o sector da construção civil menosprezam a segurança no trabalho.

A DSAL propôs, há muito tempo, a revisão da lei sobre a segurança e saúde ocupacional, por exemplo, o aumento do número de inspectores e a introdução do regime de registo e inscrição do pessoal de segurança, mas ainda não se viram avanços, portanto, foi “chuva fraca para uma trovoada tão forte”. As leis sobre a segurança ocupacional, tais como, o Regulamento de higiene no trabalho da construção civil” e o “Quadro legal sancionatório das infracções aos preceitos regulamentares sobre higiene e segurança no trabalho da construção civil”, já estão em vigor há mais de 20 anos, encontrando-se gravemente desactualizados face ao actual ambiente social. De acordo com o regime sancionatório vigente, as multas para as infracções dos empreiteiros variam apenas entre 2500 e 15 000 patacas, valores que se mantêm ao nível do início da década de 90 do século passado, e que dificilmente produzem efeitos dissuasores. Nos últimos anos, muitos empreiteiros aceleraram o trabalho, para cumprir o prazo de conclusão das obras e evitar o pagamento da cláusula penal, por isso, com os baixos custos da violação da lei, é possível que negligenciem a segurança dos seus trabalhadores.

Nós termos do Decreto-Lei n.º 44/91/M em vigor, as obras que envolvam 100 ou mais trabalhadores por dia devem contar com um supervisor de segurança ao serviço e com qualificação reconhecida, mas tal diploma não prevê claramente nem a sua qualificação nem a sua responsabilidade. Para obter a qualificação de supervisor de segurança do sector da construção civil, pode-se frequentar um curso organizado pela DSAL com duração de 150 horas, e para se inscrever neste curso, basta ter 2 anos ou mais de experiência de trabalho nos estaleiros. Na minha opinião, dada a evolução rápida das técnicas da construção civil, a gestão da segurança e as respectivas técnicas têm de ser actualizadas, mas existe um vazio quanto à qualificação dos supervisores de segurança na legislação respectiva, a qual não lhes exige que participem

em formação contínua ou periódica, ou sejam submetidos a exame, o que resulta que alguns supervisores de segurança não acompanham o desenvolvimento das técnicas da gestão de segurança, desconhecendo quer novos modelos de gestão quer as respectivas técnicas.

Exorto o Governo a investigar o motivo do referido acidente grave, isto é, se o mesmo envolve violação da lei, e a prestar apoio suficiente aos trabalhadores feridos e aos familiares destes e dos que morreram. Para além de reforçar as acções de divulgação e de sensibilização sobre a segurança ocupacional, há que promover, quanto antes, a revisão da legislação neste âmbito. Sugiro ao Governo que reforce as sanções para as infracções, aumente o número de supervisores de segurança, defina o regime de registo e inscrição do respectivo pessoal, clarifique as responsabilidades e atribuições, implemente acções de formação periódicas e avaliação obrigatória, para assegurar que os supervisores de segurança tenham capacidade suficiente e conhecimentos mais actualizados sobre a segurança. O Governo deve reforçar as inspecções e execução da lei, reduzindo a ocorrência de acidentes de trabalho. A longo prazo, há que promover o upgrade do sector da construção civil e introduzir novas tecnologias e conceitos, para elevar a produtividade, a qualidade da construção e a segurança dos estaleiros.

## **IAOD da Deputada Lei Cheng I em 26.03.2020**

### **Estabelecer mecanismos claros de implementação e acompanhamento das sugestões dos relatórios do CCAC e do CA**

O Comissariado de Auditoria (CA) divulgou, há dias, o relatório de auditoria sobre os “Efeitos dos Relatórios de Auditoria nos últimos anos”. Os resultados de auditoria revelam que apenas 35% dos problemas são classificados como “relativamente eficazes” ou “eficazes”, ou seja, os problemas, na sua maioria, não foram totalmente resolvidos ou não foram definidas medidas eficazes para evitar que se repetissem. Mesmo que se registem melhorias, as medidas só poderão ser concretizadas depois de 3 a 15 anos, e o seu andamento é muito lento. Além disso, os resultados foram insatisfatórios nas melhorias das verificações de auditoria de três relatórios – “Actividade do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais no âmbito dos espaços e zonas verdes”, “Atribuição de apoios financeiros a associações pela Fundação Macau” e “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, e, segundo o CA, o impacto destes assuntos tem muito a ver com vida da população e envolve a utilização de um montante avultado do erário público. Aliás, os resultados demonstram que os serviços públicos não dão importância suficiente aos relatórios de auditoria, por isso, o Governo deve avaliar a eficácia e o rigor do mecanismo de acompanhamento.

O CA e o CCAC são órgãos independentes e fiscalizadores. As opiniões apresentadas e os processos divulgados, para além de serem conhecidos pelo público, têm como objectivo contribuir para o aperfeiçoamento das insuficiências dos serviços públicos e para a resolução das lacunas, a fim de corrigir situações ilegais, elevar a eficiência do trabalho e garantir a boa aplicação do erário público, etc. No passado, após a divulgação do relatório de auditoria e do relatório do CCAC, os serviços competentes responderam que “concordavam e aceitavam as críticas”, e estavam dispostos a “procurar insuficiências” e a “introduzir melhorias”. Os serviços competentes procederam a melhorias para resolver os problemas? Quais foram os resultados? Devido à falta de um mecanismo de acompanhamento posterior ou de divulgação activa, é difícil a fiscalização por parte do público, e alguns problemas até estão por resolver. Alguns problemas apontados nos relatórios de auditoria de resultados sobre o “Planeamento e Construção de Edifícios dos Serviços Públicos” e sobre a “Coordenação e Gestão de Obras Viárias”, publicados há 3 ou 4 anos e que não estão incluídos no presente relatório, mantêm-se, por exemplo, quanto ao primeiro caso, a DSSOPT não planeou adequadamente os edifícios dos serviços públicos, e as avultadas despesas com o arrendamento de instalações e lugares de estacionamento continuam; embora o Governo tenha respondido ao mecanismo de coordenação das obras de escavação, devido ao excesso de obras nas vias públicas, às sucessivas escavações nas vias, à troca de informações e à integração das redes de tubagens subterrâneas, a população continua bastante incomodada. Os serviços competentes devem tomar a iniciativa de melhorar a situação de acordo com as sugestões de auditoria e não só proceder ao acompanhamento quando a auditoria vier a ser realizada novamente.

Por outro lado, os problemas detectados pela auditoria são generalizados em todos os serviços públicos, por exemplo, como os problemas de impressão excessiva e de

especificações de economia de espaço indicados no relatório de “Gestão das publicações do Governo”. Crê-se que tal situação não existe apenas no Instituto Cultural que é alvo de auditoria, mas será que os outros serviços tomaram a iniciativa de rever a sua própria situação e de fazer melhorias, tendo em conta a divulgação do relatório? A falta de mecanismos para obrigar os serviços públicos a rectificar situações semelhantes impede que o relatório de auditoria produza os seus melhores efeitos.

Em resposta ao relatório mencionado, que revela que as recomendações de auditoria não são efectivamente implementadas há muito tempo, é necessário que a Administração estabeleça mecanismos claros de implementação e acompanhamento das recomendações para os problemas expostos pelo CCAC e pelo CA, para exigir que os serviços competentes e os dirigentes envolvidos procedam a melhorias no prazo estipulado e que os serviços superiores acompanhem a situação da implementação. Ao mesmo tempo, a Administração deve analisar seriamente cada relatório e definir instruções e critérios claros de aprimoramento para problemas que podem ser disseminados em serviços públicos revelados no relatório, para que aqueles com problemas semelhantes possam ter os exemplos para fazer melhorias, e desenvolver melhor a eficácia dos relatórios do CA e do CCAC, concretizando-se os princípios das acções governativas segundo a lei e da utilização adequada do erário público.

2020-03-26 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

## **"O significado do "Dia Mundial da Felicidade" como direito fundamental dos seres humanos"**

No Plenário da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizado no dia 12.07.2012 foi aprovado por unanimidade a Resolução n.º 66281 que estipulou o dia 20 de Março como "Dia Mundial da Felicidade" enfatizando a importância da felicidade e o bem-estar como objectivos universais. Com o Covid-19 ainda em propagação pelo mundo fora apraz ler o relatório de Março do corrente ano da ONU sobre o "Ranking da Felicidade".

A Finlândia foi classificada como o país mais feliz do mundo pela terceira vez consecutiva, seguido da Dinamarca e da Suíça.

A divulgação do "Relatório Mundial da Felicidade" coincidiu com a celebração do "Dia Internacional da Felicidade" que ocorreu no passado dia 20 de Março.

Na sua avaliação, foram levados em consideração critérios como o PIB, nível de assistência social, as liberdades individuais e o nível de corrupção.

O relatório da ONU baseou-se nos dados dos países e regiões de 2018 e 2019 ficando classificadas as seguintes primeiras dez cidades a começar pela Helsínquia (FIN) a Aarhus (DIN) Wellington (NZ) Zurique (SWZ) Copenhaga (DK) Bergen (NOR) Oslo (NOR) Telavive (ISR) Estocolmo (SWD) e Brisbane (AUS). Infelizmente a RAEM à semelhança dos relatórios da Transparência Internacional (TI) ficou de fora da classificação.

Na Ásia destacamos a cidade de Taipei que ficou em 47.º, a Singapura em 49.º, Bangkok em 56.º, Tokyo em 79.º, Shanghai em 84.º, RAEM em 114.º, Beijing em 134.º, Hanoi em 135.º, num total de 151 países e regiões que foram classificados.

Analizados os diversos relatórios publicados anteriormente, todos têm um denominador relacionado com a confiança dos cidadãos nas estruturas de apoio social, protecção ambiental, transparência e integridade dos governos.

Outros dos importantes factores levados em consideração tem a ver com o sentido de pertença dos cidadãos às cidades onde vivem incluindo níveis de conhecimentos e suficiência das informações possam obter e que estejam directamente relacionadas com as suas cidades onde vivem.

Também o nível de resiliência dos cidadãos contribui para uma melhor e mais equilibrada sociedade diminuindo o fosso entre as diferentes estratos e camadas sociais. A segregação e discriminação social também são factores fundamentais para uma mais equilibrada sociedade.

Estudos avançados sobre esta matéria apontam que as características do meio social estão directamente associadas à percepção da felicidade pelo que seria importante, uma

avaliação por terceiros sobre o grau de satisfação das vidas e felicidade dos residentes na RAEM no âmbito da vivência comunitária, a família e o meio ambiente após vinte anos de fatura económica.

Crescimento económico não é tudo se não levarmos em consideração as principais necessidades básicas dos cidadãos tais habitação digna, sustentável e suficientemente ampla para albergar o agregado familiar para viver em felicidade e harmonia familiar ou seja, se estamos viver em condições reais de bem-estar.

Também a quantidade e qualidade das informações de que os cidadãos possam dispor e a possibilidade concreta na participação nas políticas que lhes dizem respeito aumenta o seu apego aos locais onde residem.

Em Macau, muitos trabalhadores são forçados a trabalhar anos após anos em tempo parcial afectando a harmonia familiar. Basta um deles deixar de poder trabalhar para aumentar as preocupações com as amortizações bancárias e o pagamento das dívidas e despesas fixas mensais.

Nestes dias temos recebido queixas de muitos trabalhadores que foram forçados a tirar férias sem remuneração enquanto os trabalhadores não residentes são escolhidos por terem salários inferiores.

A RAEM tem ainda muito a melhorar no âmbito laboral, segurança social, saúde pública, níveis de participação política e social, habitação pública etc.

Muito Obrigado!

O Gabinete do Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 26 de Março de 2020.

José Pereira Coutinho

## IAOD da Deputada Leong On Kei em 26.03.2020

Desde o início da pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus em Macau que o Governo tem adoptado medidas activas para o seu combate: criou o Centro de Coordenação de Contingência, realizou conferências de imprensa diárias para o público ficar a par das informações mais actualizadas sobre a epidemia e as medidas de prevenção e controlo, aperfeiçoou os métodos de divulgação de informações, lançou do “Plano de garantia do fornecimento de máscaras aos residentes de Macau” e, num momento crucial, anunciou a suspensão do sector do jogo e as respectivas actividades de entretenimento durante meio mês, e com a evolução da epidemia, as medidas de prevenção foram sendo cada vez mais rigorosas. A opinião pública em geral elogia, e muitos países e regiões também elogiaram os trabalhos de prevenção do Governo da RAEM que, sob a liderança do Chefe do Executivo, foi capaz de implementar medidas eficazes sob o princípio do equilíbrio, de divulgar informações e de resolver atempadamente os problemas relacionados com os rumores. Pode-se dizer que os trabalhos de prevenção da epidemia foram adequados, com o apoio e esforço de todos os trabalhadores da linha da frente e a colaboração activa de todos os sectores da sociedade. No entanto, é difícil para Macau escapar da grave propagação da epidemia em todo o mundo, que se tem deparado, nos últimos dias, com o aumento dos casos importados. Uma defesa rigorosa no sistema de prevenção é agora alvo de grande atenção da sociedade, devendo Macau estar altamente vigilante, pois devemos continuar a reforçar as medidas de prevenção contra a epidemia para melhor proteger a vida e a segurança dos cidadãos.

A epidemia acarretou grandes impactos para a economia de Macau, em especial para os sectores do turismo, do jogo, e para as micro, pequenas e médias empresas, entre outros. A sociedade também está atenta à recuperação e ao desenvolvimento da economia e das indústrias na fase pós epidemia. Neste momento, o mercado de Macau ainda não está recuperado, pois as actividades de muitas lojas continuam suspensas e algumas já encerraram portas. Recentemente, o Governo divulgou uma série de medidas de apoio económico, incluindo a implementação de medidas de apoio às micro, pequenas e médias empresas e a bonificação de juros, com vista a apoiar as empresas a sobreviverem, mas ainda não se sabe qual será o resultado. No entanto, os sectores esperam que o Governo adopte mais medidas, com vista a ajudá-los a ultrapassar as dificuldades.

Macau é um centro mundial de turismo e lazer, por isso, o Governo, ao mesmo tempo que se prepara para a prevenção da epidemia, deve planear o desenvolvimento do turismo de Macau, ponderando sobre como promover a recuperação do mercado após a epidemia, enfrentando as dificuldades e definindo e lançando políticas de apoio, orientando activamente as empresas de turismo para, após a epidemia, iniciarem actividades turísticas adequadas, no sentido de se recuperar a imagem de Macau enquanto Centro de Turismo e Lazer seguro e contribuir para o desenvolvimento da indústria do turismo. Espera-se que, depois desta epidemia, Macau acelere o passo do ajustamento da estrutura económica, promova ainda mais a diversificação da indústria, reforce, por iniciativa própria, a cooperação entre a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, e concretize a complementaridade das vantagens, não só para aumentar a competitividade de Macau, mas também para concretizar o posicionamento de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”.

## IAOD da Deputada Song Pek Kei em 26.03.2020

### **Exortar o lançamento de medidas de apoio ao desenvolvimento das PME**

Sob a influência da situação da Covid-19, têm-se registado, nestes últimos meses, fortes abalos económicos ao nível mundial, enfraquecendo a confiança nos investimentos e fazendo suspender, em curto espaço de tempo, as transacções bolsistas, logo, riscos para uma crise económica. Perante esta situação, muitos países lançaram medidas de grande envergadura de QE (*Quantitative Easing*), alargando ainda mais as incertezas e a instabilidade para o desenvolvimento económico. Macau, enquanto sistema de economia livre, tem uma forte ligação ao exterior, logo, não vai escapar dessas consequências. Face às actuais transformações económicas, há toda a necessidade de o Governo efectuar oportunamente uma avaliação integral e se preparar para enfrentar uma crise económica vinda inesperadamente do exterior, especialmente por Macau depender de uma única e singular estrutura económica, de forma a minimizar os abalos daí resultantes para a economia. Com o apoio eficaz das medidas conjuntas de prevenção e controlo do Governo Central, a epidemia acabou por ser eficazmente controlada em Macau. A eficácia da prevenção pelo menos contribuiu para criar condições para a recuperação socioeconómica beneficiar do período de desenvolvimento. O Governo deve aproveitar esse período dourado para, em conjunto com a prevenção, reforçar as acções para a recuperação da ordem socioeconómica, nomeadamente, em termos de apoio às PME, para manter a confiança na reintegração rápida no desenvolvimento do mercado.

Para as empresas poderem sobreviver, o Governo procura encontrar formas para concertação e diálogo com o sector financeiro, para que as empresas financiadas possam manter a cadeia de financiamento por mais alguns meses. Mas, face às incertezas do desenvolvimento económico mundial, bem como ao longo tempo de recuperação do mercado do turismo local, a política tradicional de financiamento torna ainda mais difícil as PME avançarem ou recuarem. Tal como disse o Chefe do Executivo, os negócios podem não ser bem realizados, e as PME estão mais conscientes de que os investimentos envolvem riscos, especialmente durante a recessão económica e a contracção do mercado. Algumas empresas, mesmo com dívidas altas, continuam a lutar para manter os seus negócios. Por outras palavras, as empresas podem iniciar os negócios, mediante empréstimo avultado, mas, se não houver clientes suficientes, vão acabar por encerrar as portas. Tal como diz a publicidade, é necessário devolver o dinheiro emprestado. Tudo isto afecta, de certa medida, a confiança de algumas empresas, quanto à recuperação dos seus negócios e, assim, acabam por ser obrigadas, sem outra alternativa, a fechá-los, para não sofrerem mais prejuízos. Para não chegar a este ponto, muitas PME mantêm-se firmes, lutando até ao limite das suas forças.

O Governo conhece bem as preocupações das PME, não está satisfeito com a onda de encerramentos das suas actividades, nem vai deixar que morram. Assim, para aliviar as empresas, lançou o Plano de subvenção das tarifas de água e electricidade, a redução e

isenção fiscais, e os vales de consumo para apoiar as PME através do consumo interno. Mas essas medidas de estímulo são apenas de uma só vez, e com restrições de utilização. Mais, o mercado de Macau é pequeno, por isso, os residentes não têm grande interesse de consumir quando os seus rendimentos estão a diminuir, por isso essas medidas não conseguem satisfazer as necessidades a longo prazo das PME. Os vales de consumo talvez possam ajudar algumas empresas a sobreviver durante algum tempo, mas será que isso vai permitir que as empresas consigam aguardar até à primavera do mercado turístico?

Face à evolução do ambiente económico interno e externo, e para além de recorrer ao consumo interno para aguardar a recuperação do mercado turístico, o Governo deve proceder a ajustamentos atempados, lançando outras medidas de apoio, e orientar activamente as empresas para a sua reconversão e desenvolvimento. Através de vários meios e formas, deve ajudar as empresas a alargar os mercados, aproveitando a política de abertura do País ao exterior, e a acelerar a integração no desenvolvimento da Grande Baía com as vantagens institucionais do princípio “um país, dois sistemas”, para resolver a dependência em relação a um só sector da economia e manter a confiança do mercado no desenvolvimento. Sendo assim, apresento as seguintes sugestões:

1. A epidemia vai ter implicações longas e profundas para o mercado turístico não diversificado de Macau, e para a recuperação vai ser necessário mais tempo. O Governo deve maximizar os 500 mil milhões de patacas da reserva financeira, e reforçar, em tempo oportuno, as medidas de apoio às PME na retoma; é necessário, em particular, ponderar a possibilidade de lançar, mais uma vez, a medida de cartão electrónico de consumo, para prolongar a sobrevivência das PME, enquanto esperam pela recuperação do mercado.

2. Há que promover e apoiar as PME no aumento da sua qualidade, especialmente as do sector de lembranças e de serviços de venda a retalho, que estão principalmente dependentes do turismo. O Governo deve apoiar a articulação com o desenvolvimento do comércio electrónico transfronteiriço, através do modelo de interligação e desenvolvimento entre as empresas, estabelecendo, em conjunto, canais de venda “Online To Offline” para elevar a qualidade dos serviços e manter a vitalidade do desenvolvimento das empresas.

3. O Governo deve aproveitar bem as políticas de apoio do País a Macau, para alargar o espaço de desenvolvimento das empresas. Por exemplo, o apoio do País ao desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa entre Guangdong e Macau na Ilha de Hengqing, o desenvolvimento da indústria transformadora na zona industrial transfronteiriça da Ilha Verde e a política de abertura comercial no âmbito do CEPA, etc. O Governo deve planear, de forma precisa, a articulação do desenvolvimento industrial; orientar, de forma activa e correcta, as empresas na reconversão e integração no seu desenvolvimento; explorar, com a cooperação entre o Governo e a população, o mercado do Interior da China, contribuindo para o avanço do desenvolvimento das indústrias de Macau e para um maior espaço e mercado de desenvolvimento das empresas, aumentando a sua confiança no desenvolvimento.

## **IAOD do Deputado Zheng Anting em 26.03.2020**

O preço dos produtos é assunto importante para a vida da população, e o Governo deve dar grande importância ao seu controlo e estabilidade. Face ao aumento da inflação nos últimos anos, os preços dos produtos praticados em Macau são mais elevados do que os das regiões vizinhas. Os elevados preços dos produtos alimentares frescos e vivos e dos combustíveis, e o elevado custo de vida aumentam a pressão dos residentes. Os cidadãos têm vindo a manifestar que o aumento das receitas não consegue acompanhar a inflação. Mais, a epidemia da COVID-19 está a afectar gravemente a economia; o rendimento de muitos cidadãos é afectado, correndo até o risco de desemprego; e, para as famílias mais carenciadas, a situação é ainda mais insuportável e o problema dos preços elevados torna-se mais evidente.

Segundo as estatísticas, em Fevereiro deste ano, o índice dos preços dos “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” aumentou 6,08%, em termos anuais, devido ao aumento dos preços dos produtos alimentares frescos e vivos. Registou-se grande diferença entre os preços de venda a retalho e os de importação dos produtos alimentares. Por exemplo, no início do ano, a diferença entre os preços de venda por grosso e a retalho foi de 2,6 vezes. Registou-se grande diferença de preços de venda a retalho de um mesmo produto nos 9 mercados, sendo muito mais elevado do que nos supermercados, bem como nas diferentes zonas de Macau. Mais, na zona de Seac Pai Van, segundo alguns residentes, existem menos tipos de produtos alimentares frescos e vivos e bens do dia-a-dia do que nas outras zonas, e o peixe é mais caro lá do que na península de Macau. Quem vive na zona são os idosos e a camada de base. Face à baixa oferta e ao aumento dos preços dos produtos, aqueles não sabem então como actuar.

Por outro lado, o preço dos combustíveis é uma questão que preocupa os cidadãos. Nos últimos tempos, o preço internacional do petróleo desceu muito e, segundo os dados, caiu 60% desde o início de 2020 até agora. Mas a descida dos preços dos produtos petrolíferos em Macau é inferior a 10%. Ao longo dos anos, a “subida dos preços desses produtos é rápida, mas a descida é lenta”, e o “aumento é grande, mas a redução é pouca”, e esta questão tem sido criticada pela sociedade. Segundo muitos residentes, os fornecedores de combustíveis prestam um serviço público e as autoridades devem adoptar medidas eficazes para reforçar a fiscalização do mercado de combustíveis.

Entre outras medidas, o Governo lançou os vales electrónicos de consumo no valor de 3000 patacas, e isentou os estabelecimentos sob a sua tutela das rendas e tarifas de água e electricidade, para aliviar as dificuldades tanto do sector de venda a retalho como dos cidadãos. Com a situação da estabilidade dos preços por grosso, o público devia poder comprar alimentos frescos e vivos a preços mais baixos, mas, segundo muitos residentes, os preços ainda não diminuíram. Mais, depois de o Governo ter anunciado a atribuição de vales de consumo, verificou-se um aumento gradual dos preços em alguns supermercados, por isso, receiam que a inflação suba ainda mais.

O mercado depende da oferta e da procura, mas o Governo, como regulador da ordem do mercado, tem o dever de controlar adequadamente o aumento rápido dos preços.

Perante a subida do preço dos produtos e a recessão económica, muitos cidadãos esperam que o Governo possa lançar mais uma ronda de vales de consumo e alargar o seu âmbito de aplicação para atenuar a inflação e apoiar a população nesta crise da epidemia. Por outro lado, espera-se que o Governo reforce a fiscalização e a inspecção, e também analise as razões do problema dos preços demasiado elevados, através de estudos sobre a importação, e a distribuição por grosso e a retalho. Deve também implementar políticas eficazes para atenuar a inflação e estabilizar os preços dos produtos.

## IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 26.03.2020

### Auto-reforço na adversidade “epidémica”

O Plenário da Assembleia Legislativa procedeu, em 16 de Março de 2020, à discussão, votação e aprovação na especialidade da proposta de lei intitulada "Governação electrónica", e a futura lei entrará em vigor 180 dias após a sua publicação no Boletim Oficial. Aliás, trata-se de um grande passo ao nível da governação electrónica e da cidade inteligente, a que se acresce ainda a lei “Documentos e assinaturas electrónicas”, que já vigora há vários anos.

O Governo afirma na respectiva nota justificativa: “estão reunidas condições tecnológicas que permitem melhorar a prestação de serviços aos cidadãos e às empresas, com novas formas de atendimento digital, nomeadamente, realizando, num mesmo processo de atendimento integrado, os actos e as formalidades que implicam, tradicionalmente, vários processos administrativos junto de diferentes serviços públicos. Também é possível reduzir os encargos que os cidadãos e as empresas suportam no seu relacionamento com os serviços públicos”. Todos os utilizadores do sistema informático devem ainda respeitar a Lei n.º 5/2005 “Documentos e assinaturas electrónicas”, assegurando-se a verificação da identidade do utilizador, para confirmar a autoria do acesso e dos actos praticados na sessão de atendimento digital. Os Deputados sugeriram ao Governo que ponderasse aplicar meios electrónicos nos concursos para a aquisição de bens e serviços, assim como no licenciamento relativo ao pessoal médico.

Durante o combate à epidemia, o Governo avançou com a dispensa provisória dos trabalhadores ao serviço e com medidas de flexibilidade, a fim de reduzir o risco de propagação comunitária do novo tipo de coronavírus. Apelou ainda os sectores a juntarem-se a este combate, para reduzir o risco que resulta do contacto entre pessoas. A dispensa provisória dos serviços ao público resultou num aumento significativo da procura, aquando da reabertura dos serviços. Isto fez destacar a importância da governação electrónica nestas circunstâncias. Com vista a promover o governo electrónico, o Governo definiu o “Planeamento Geral do Governo Electrónico da RAEM”, uma directriz principal no desenvolvimento pleno e ordenado do governo electrónico. Mas este desenvolvimento não é satisfatório em relação aos serviços da área de obras públicas. Perante a lentidão na autorização dos projectos, a falta de comunicação na realização das obras e a impossibilidade de serem aperfeiçoados os trabalhos, cada serviço público cria o seu próprio sistema, e os sistemas não são, entre si, interligados, daí os desperdícios e a baixa eficiência.

No sector da construção civil, a epidemia provocou atrasos na apreciação e aprovação de muitos pedidos de obras e das respectivas formalidades. Creio que há que aproveitar melhor a tecnologia informática para manter a eficácia. O Governo deve pôr em prática a apreciação e aprovação de plantas por meios electrónicos, aumentando o nível dos serviços electrónicos e disponibilizando serviços *online* para garantir o funcionamento dos serviços públicos.

Pelo exposto, proponho uma articulação com o governo electrónico. Em particular, no âmbito das obras, há que recorrer a novas tecnologias de construção, aproveitar a tecnologia electrónica para reduzir os factores de influência, pôr em prática a apreciação e aprovação das plantas, e a abertura de concursos por meios electrónicos, a par da criação de uma plataforma electrónica para candidatura. Proponho ao Governo que recorra à “oferta de trabalho em vez de subsídios”, para formação dos operadores desse sector, e que tome como referência a prática do *Construction Industry Council* de Hong Kong, respeitante à criação de um Fundo na ordem de cem milhões para reforçar a capacidade de concepção e fiscalização do sector. Em particular, no âmbito da tecnologia electrónica, há que prestar apoio na aquisição e no reforço da capacidade de simulação de informações de construção.

Proponho o seguinte:

1. Há que aproveitar o Modelo da informação da Construção para acelerar a apreciação e aprovação das plantas. Nos nossos territórios vizinhos, Hong Kong e Taiwan, este modelo já é utilizado para a apreciação e aprovação das plantas de obras públicas.

2. Criar um concurso electrónico uniforme ou uma plataforma de apresentação de propostas onde, após o registo, os concorrentes possam descarregar, apresentar e enviar os documentos relacionados com o concurso. Por outro lado, os procedimentos de abertura de concurso público, a avaliação das propostas e o aviso de adjudicação também podem ser feitos através desta plataforma, eletronicando todo o processo, o que vai contribuir para a redução dos custos relacionados com o concurso, de ambas as partes, elevando assim a eficiência, e contribuindo para uma maior transparência e justiça em todo o processo.

3. No que respeita à monitorização da execução das obras, com vista a reduzir os recursos humanos e a obter uma fiscalização em tempo real e sistemática, para elevar a qualidade e a segurança das obras, sugere-se que se utilizem comunicações modernas, tecnologias de informação, redes informáticas e técnicas de videovigilância, bem como se efectue a gestão das obras através da construção e instalação de equipamentos automáticos, e uma melhoria da gestão das informações, para construir uma cidade inteligente através destas tecnologias e satisfazer as necessidades de gestão, fiscalização e partilha de informação dos utilizadores.

4. Enquanto a RAEM está a promover o governo electrónico, deve ainda propor um prazo de aplicação e calendarização para a implementação do BIM, do concurso electrónico, do prazo para a entrega das propostas e da informatização de todos os pedidos de certificados.

Por último, agradecemos mais uma vez ao Governo pelo seu apoio ao sector da construção civil, na promoção da diversificação das indústrias e no desenvolvimento da informatização digital electrónica nas obras de construção!

## IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 26.03.2020

Perante a pandemia da pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus, foi impossível Macau ficar imune. Para evitar o surto comunitário, o Governo não hesitou em arrendar, a custo elevado, hotéis que se adequam à finalidade da observação médica, o que merece elogio! Mas, na conferência de imprensa de ontem, o Chefe do Executivo alegou que era “quase impossível encontrar outro hotel para essa finalidade!” Ficou desapontado porque não conseguiu, até ao momento, entrar em contacto com os responsáveis de grandes hotéis para os aproveitar para quarentena. O mesmo apelou às 6 concessionárias do jogo para assumirem mais responsabilidades sociais. Os residentes de Macau “vêm todos com os seus olhos e retêm na memória”.

Depois de ouvir o Chefe do Executivo, os cidadãos acham que as grandes empresas estrangeiras são más, e, neste caso, só sabem ganhar dinheiro em Macau e não contribuem. Desde o combate à epidemia, todos os nossos cidadãos têm reagido, apoiando os trabalhos do Governo e colaborando. Todos os sectores sociais envidaram esforços para doações em dinheiro e material, sem pensar nos seus custos económicos. Por exemplo, o sector da construção civil foi o primeiro a doar um milhão de patacas, tendo adiado duas vezes o início de obras; por outro lado, os sectores sociais têm doado máscaras e desinfetantes, entre outros materiais; mais outro exemplo: muitas micro e pequenas lojas têm de suportar elevados custos de exploração e de enfrentar a pressão da situação de não haver clientes, mas continuam a abrir as suas portas. Sabem qual é a razão? É dar resposta ao apelo do Governo, é preciso prevenir a epidemia e garantir a economia, mas a prevenção da epidemia está em primeiro lugar. Estamos numa fase crucial de prevenção da epidemia, por isso, não podemos relaxar, porque, se perdermos o combate, ficamos sem nada, portanto, temos de dar todo o nosso apoio ao Governo para combater esta epidemia.

Recentemente, a nossa equipa deslocou-se à comunidade para se inteirar da situação de exploração das lojas e, durante as entrevistas, a dona duma loja disse-me: “É um momento bastante difícil! Os meus filhos disseram-nos para não nos cansarmos tanto, que podemos fechar as portas se não conseguirmos aguentar mais, mas eu disse que íamos insistir o quanto possível, e que íamos apoiar Macau e o Governo”. A nossa equipa ficou muito comovida com estas palavras, porque todos acreditam que, um dia, a epidemia vai passar, e nós temos que, no momento crucial, insistir para ganhar esta “batalha”. Então, eles não sabem que os prejuízos económicos representam dinheiro? Só as grandes empresas de capital estrangeiro é que sabem? Mas as empresas do sector do jogo, que é o predominante de Macau, ganham muito dinheiro todos os anos, mas precisam que alguém lhes fale para assumirem as suas responsabilidades sociais durante a ocorrência de grandes incidentes? Isto é demais! De facto, através desta epidemia, creio que todos podem saber que a maioria dos cidadãos está disposta a contribuir com abnegação, o que demonstra ainda mais a gratidão e o amor dos residentes de Macau e das micro, pequenas e médias empresas pela Pátria e pela RAEM. Assim, alguns cidadãos sugerem que as futuras políticas económicas do Governo não se devem limitar às empresas de capital estrangeiro, devendo prestar mais atenção ao espaço de sobrevivência das micro, pequenas e médias

*(Tradução)*

empresas locais. Todos acreditam que o Governo da RAEM tem capacidade para resolver os diversos problemas existentes, mas os trabalhos de prevenção não podem ser relaxados. Concordam comigo?

## **IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 26.03.2020**

### **Dar atenção às medidas de apoio aos cuidadores**

Os cuidados prestados às famílias são da responsabilidade individual dos cuidadores, mas também necessitam do apoio conjunto da sociedade, a fim de se criar um ambiente mais amigável e inclusivo, portanto, neste momento, são dados certos apoios aos cuidadores no que respeita aos serviços de cuidar de crianças, jovens e portadores de deficiência. Mas, sob a influência do novo tipo de coronavírus, as escolas e as creches estão suspensas, e as instituições de serviço social estão sem funcionar ou só prestam serviços limitados. Muitos cuidadores que precisam de cuidar de idosos, dos filhos mais novos ou de portadores de deficiência afirmam que, devido à suspensão dos serviços prestados por essas instituições, necessitam de estar sempre em casa, sem terem a oportunidade de respirar, o que constitui um grande cansaço físico e psicológico. Mais, como trabalham a tempo inteiro ou a tempo parcial, só podem tomar a iniciativa de se demitir ou de requerer licença sem vencimento para cuidar das suas famílias, e alguns, com o grande número de faltas dadas, são os primeiros a ser despedidos. Eles tornaram-se cuidadores da família a tempo inteiro, perdendo as suas receitas financeiras, mas aguentando uma grande pressão na prestação de cuidados, situação que merece a nossa atenção.

Nos últimos anos, os cuidadores de famílias a tempo inteiro esperaram que o Governo lhes concedesse um maior apoio, atribuindo-lhes um subsídio. Em Outubro do ano passado, o Instituto de Acção Social (IAS) afirmou que estava a ponderar os destinatários e a forma de implementação do plano-piloto do subsídio para cuidadores, e ia procurar implementá-lo no segundo semestre deste ano. Mas, devido ao impacto da epidemia e a fim de reforçar o apoio e reconhecer o contributo dos cuidadores, a necessidade e o efeito de tal subsídio tornam-se mais relevantes e importantes. Assim, na minha opinião, o Governo deve concretizar, quanto antes, o referido plano. Para o efeito, sugiro que comunique, quanto antes, com os interessados e respectivas associações, para acelerar a recolha de opiniões e definir, o mais cedo possível, as condições para o respectivo pedido. O Governo deve garantir a atribuição atempada do subsídio às pessoas necessitadas e a melhoria da sua vida; ao mesmo tempo, é ainda necessário incluir os cuidadores nas linhas de acção governativa e proceder, para o efeito, à análise da situação concreta dos cuidadores, com base nos dados recolhidos. Assim, criam-se condições benéficas para a futura implementação do subsídio.

Mais, segundo o meu entendimento, a pressão de alguns cuidadores de pessoas portadoras de deficiência já está no pico, incluindo até emoções negativas e situações de stresse. Assim, relativamente ao grupo dos que prestam cuidados a quem tem necessidades especiais, nomeadamente, a pessoas da terceira idade com dificuldades de movimentação ou a deficientes, deve o Governo restaurar, asseguradas as medidas preventivas, serviços de reabilitação e de cuidados diários, mas condicionados, por parte das respectivas instituições. Para reduzir o número de pessoas a utilizar, em simultaneidade, os respectivos serviços, e permitir aos cuidadores oportunidades de descanso, podem aquelas assegurar os serviços em dias alternados ou por turnos de manhã e à tarde.

## **IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 26.03.2020**

### **Continuar o combate à epidemia: manter o controlo na fonte e assumir a responsabilidade de proteger a população**

Com o esforço da população, Macau esteve sem casos novos durante 40 dias. Porém, com a nova onda da pandemia, Macau não ficou ilesa, pois surgiram 20 casos em apenas 10 dias, perigo inevitável resultante da internacionalização da nossa cidade.

Circunscrever o vírus é a política de saúde pública mais adoptada pelos governos (é eficaz, apesar de não ser perfeita). Assim, no início de Fevereiro, quando a situação era crítica na China, foi fortemente questionado e repreendido o apelo da OMS para que os países não restringissem o turismo e o comércio internacional, defendendo que as restrições fronteiriças alimentavam a discriminação.

Se temos respeito e confiança na ciência, e acreditamos que as políticas de combate à epidemia devem ser feitas em função da medicina, então compreendemos que o circunscrever do vírus não foi adoptado com base na discriminação em razão de nacionalidade, raça ou sistema político, antes sim atendendo às limitações dos nossos sistemas de saúde. Já que a política foi adoptada pelas províncias, cidades e até condomínios na China, será que se pode dizer que os de Hubei são discriminados pelos de Pequim?

Até 2018, Macau só tinha 1604 camas, 1754 médicos e 2464 enfermeiros. Neste momento, há apenas 232 camas em quartos de isolamento com pressão negativa. As experiências de Wuhan e dos países do sul da Europa apontam que quando a propagação ultrapassa a capacidade do sistema de saúde, o número de casos e as mortes disparam. Assim, não temos alternativas senão circunscrever o vírus.

Portanto, no dia do primeiro caso confirmado em Macau, eu e a minha equipa salientámos várias vezes que era necessário interceptar a transmissão do vírus a partir da fonte. Na altura, a epidemia no Interior da China era bastante grave, por isso, propusemos medidas mais rigorosas para o controlo de entradas: primeira -interditar temporariamente a entrada de turistas vindos do Interior da China; segunda - exigir aos residentes e trabalhadores não residentes vindos do Interior da China 14 dias de observação médica; terceira - “interditar a entrada de pessoas não de mercadorias”, e assegurar a passagem alfandegária especial dos produtos indispensáveis para a vida quotidiana e a prevenção da epidemia. Lamentavelmente, estas medidas não foram totalmente acolhidas, uma vez que, na altura, o Governo distorceu-as e considerou-as como simples “encerramento dos postos fronteiriços”, ou seja, o que a sociedade chama de “encerramento das fronteiras”.

Entretanto a epidemia passou a “pandemia”. Temos concordado com a aplicação da medida de intercepção do vírus a partir da fonte em todo o mundo, incluindo Hong Kong e Taiwan, só que o que merece ser revisto é a “dualidade de critérios” do Governo: há dois

meses, o considerou “não ser adequado”, “não ser viável”, “não ser necessário” fechar a fronteira ao Interior da China, mas dois meses depois, ordenou, com toda a determinação, a implementação do encerramento ao mundo, o que leva, mais uma vez, as pessoas a questionar se a ciência médica é o factor mais prioritário na política de prevenção de epidemias de Macau, será?

A intercepção do vírus a partir da fonte aplicada a não residentes é uma opção sem alternativa, porém, é nossa responsabilidade e é nosso dever básico cuidar e proteger os residentes de Macau.

Já no início de Março, recebi pedidos de ajuda de estudantes de Macau em Portugal e no Reino Unido, que disseram que a epidemia atingia esses países, mas que as escolas ainda não tinham anunciado a suspensão das aulas e que a consciência da população sobre a prevenção da doença era fraca. Posteriormente, o Governo de Hong Kong implementou o controlo de entradas aos países da Convenção de Schengen, por isso, exortei o Governo da RAEM a lançar o “Programa de Garantia de Máscaras para Estudantes do Exterior”, e exigi, ao mesmo tempo, que negociasse com o Governo de Hong Kong para enviar veículos especiais para transportar os estudantes para a zona restrita do Aeroporto Internacional de Hong Kong, para se sujeitarem a observação médica em Macau, e que prestasse mais atenção e apoio aos estudantes que optaram por permanecer temporariamente no exterior. Foi o mesmo pedido que apresentei na altura à Delegação do Governo em Lisboa.

Os estudantes que estudam no exterior regressam a Macau para evitar a epidemia, e não se pode negar que isto aumenta os riscos. Há quem, por incompreensão, lhes teça fortes críticas, e na internet podem ler-se comentários mesmo muito ofensivos contra eles, e até contra os deputados e associações que os ajudam a manifestar solicitações razoáveis. Mas, há que lembrar que a nossa intenção não é salvaguardar o número e os recordes de meses ou dias sem casos de infecção, mas sim, a saúde e a vida de cada cidadão de Macau. Precisamos de ter mais empatia para evitar que a palavra “afeição” passe a ser pejorativa em Macau.

Isto, porque estes estudantes são não só cidadãos de Macau, são também jovens que merecem ser acarinhados pela sociedade, muitos deles vão contribuir a longo prazo para Macau, quando regressarem depois da conclusão dos seus estudos. Mais, olhando para a situação da epidemia tão feroz na Europa e nos Estados Unidos, estes estudantes, após uma ponderação profunda e cuidadosa, decidiram regressar a casa por sua conta (em vez de exigir ao Governo voos fretados), então, são eles próprios que assumem directamente os riscos de ser infectados.

Entretanto, espero que os estudantes que estão sob observação médica tenham sempre em mente o apoio dado pela RAEM, continuem a tolerar e a assumir responsabilidades em prol de si próprios, dos seus familiares, da comunidade e da sociedade, e colaborem em todas as medidas razoáveis de prevenção da epidemia que lhes são impostas.

Ninguém sabe se a segunda ronda da epidemia é já a última, mas espero que o Governo controle bem as fronteiras e que os cidadãos façam bem o isolamento, parando assim a propagação de ódio. Em conjunto lutamos contra a epidemia, para voltarmos a encontrar-nos sem máscaras o mais rápido possível.

## IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 26.03.2020

### **Exortar o actual Governo a proceder à construção das instalações logísticas, do depósito intermediário de combustíveis, do depósito de substâncias perigosas e das novas estações de tratamento de águas residuais, cujos locais de construção foram já escolhidos**

Em resposta às exigências sociais, quanto à selecção de locais para construção das instalações logísticas, do depósito intermediário de combustíveis e do depósito de substâncias perigosas, o Governo decidiu efectuar a selecção de forma sucessiva, estando a aguardar o planeamento dos terrenos por parte dos serviços de obras públicas. Os residentes de Macau esperam que os dirigentes do novo mandato do Governo fiscalizem essa concretização.

Na resposta à interpelação de um deputado, dada no ano passado, o Governo revelou que ia ser reservado um terreno, na zona sob jurisdição de Macau situada na ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, para a construção das instalações logísticas provisórias, cujo desenvolvimento ia ser da responsabilidade dos Serviços de Alfândega, estando a aguardar o planeamento dos terrenos por parte dos serviços de obras públicas. Mas até ao momento nada se viu. O novo Governo deve acabar, quanto antes, o respectivo planeamento, elaborando o orçamento e definindo o calendário da inauguração das referidas instalações logísticas.

Na resposta à interpelação de um deputado, dada no ano passado, o Governo revelou que ia mudar o depósito intermediário temporário de combustíveis da Ilha Verde para a zona sob jurisdição de Macau na ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, e que o local tinha sido escolhido, estando a aguardar o planeamento dos terrenos por parte dos serviços de obras públicas. Mas até ao momento nada se viu. O novo Governo deve acabar, quanto antes, o respectivo planeamento, elaborando o orçamento e definindo o calendário da inauguração das respectivas instalações.

Na resposta à interpelação de um deputado, dada no ano passado, o Governo revelou que tinha decidido construir, no terreno a poente da Zona E1 dos Novos Aterros, o depósito provisório de substâncias perigosas, estando a aguardar o planeamento dos terrenos por parte dos serviços de obras públicas. Mas até ao momento nada se viu. O novo Governo deve acabar, quanto antes, o respectivo planeamento, elaborando o orçamento e definindo o calendário da inauguração das respectivas instalações.

Tendo em conta que as Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) entraram em funcionamento em 1995, há mais de 20 anos, o seu *hardware* está a envelhecer. Devido ao aumento do volume e à alteração da natureza das águas residuais de Macau, as ETAR estão a aguentar uma grande pressão. A Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) revelou no ano passado que planeava construir as novas ETAR no lado sul da ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. No futuro, as águas residuais da península de Macau, e das Zonas A e B dos Novos Aterros vão ser tratadas pelas novas ETAR. O novo Governo deve pôr em prática, quanto antes, essa construção, elaborando o orçamento e definindo o calendário da respectiva conclusão.

## IAOD do Deputado Au Kam San em 26.03.2020

### **Todos os dias esgotam as quotas, assim, há que ponderar o prolongamento do prazo para a apresentação de candidaturas à habitação económica**

Devido à situação epidémica, o atendimento para a apresentação de candidaturas para habitação económica ficou suspenso por algum tempo. Quando se voltou a receber as candidaturas, o Instituto de Habitação (IH) divulgou a prorrogação do prazo até dia 27 de Arbil. Contudo, como é necessário fazer marcação para se poder apresentar a candidatura, e a maioria dos residentes opta sempre por fazê-lo pessoalmente, as marcações são muito concorridas. Segundo as queixas dos vários residentes que querem candidatar-se à habitação económica, todos os dias estão cheios de marcações, portanto, preocupam-se com a eventualidade de não conseguirem fazer a marcação antes do termo do prazo, perdendo assim a oportunidade de candidatar-se. É consabido que a lei de habitação económica não prevê quando é que se recebe as candidaturas, portanto, a próxima vez depende de Deus. Por isso, se não conseguirem apresentar a candidatura, não sabem em que dia ou mês é que vão poder fazê-lo, o que os deixa extremamente ansiosos.

Olhando para a situação actual, o IH apenas admite marcações durante 14 dias úteis, por isso, uma vez esgotadas as quotas, no próximo dia só há quotas para o dia seguinte ao 14.º dia. O que sucede é quem é lento não marca nada, pois todos os dias estão cheios. Perante esta situação, não será impossível saber qual é o número das pessoas que ainda querem apresentar candidaturas? Afinal, uma vez terminado o prazo, isto é, no dia 27 de Abril, haverá ainda pessoas que não conseguiram fazer a marcação? Se sim, devem ser afastadas do concurso para a habitação económica?

Para evitar que alguns candidatos não consigam marcar a data para entrega de boletins de candidatura, e também para se ficar a par das informações sobre o número de pessoas com necessidade da habitação económica, julgo que as autoridades devem adiar o prazo da entrega de boletins de candidatura até 27 de Abril, não chega adiar um dia só. Se todos os dias úteis até 27 de Abril já estiverem marcados, e ainda houver candidatos que não conseguiram marcar a data de entrega, as autoridades devem considerar prorrogar o prazo de candidatura. Por exemplo, se prorrogarem uma semana, quando todos os dias dessa semana estiverem marcados, há que prorrogar mais uma semana, e assim por diante até que haja vaga. Só assim é que deve dar por concluída a candidatura da habitação económica. Como as obras das habitações económicas alvo de candidatura ainda não estão a ser desenvolvidas, e no prazo de 4 anos não haverá mais oferta de habitação económica, o prolongamento do prazo da candidatura não terá impacto para a sua atribuição no futuro. Desejo que as autoridades obedeçam à vontade da população, prolongando adequadamente o prazo de candidatura para satisfazer as necessidades de habitação económica.

Para além disso, o registo para a emissão do cartão de consumo é efectuado on-line e, posteriormente, é levantado nos locais previamente definidos, sendo utilizado durante o período de Maio a Julho. Não há problemas com o registo on-line nem problemas com o período de utilização, no entanto, o problema reside apenas no período de levantamento do cartão, que está limitado ao período de 14 e 30 de Abril, um assunto que merece ser

discutido. Os serviços competentes afirmaram que os cartões podem ser levantados por familiares, só que, se forem levantados por estes, será necessário exhibir o original do seu bilhete de identidade e a respectiva procuração; mas se a pessoa não estiver em Macau, é natural que o original do seu bilhete de identidade também esteja no exterior, não podendo assim levantar-se o cartão. Este ano aconteceu esta epidemia, por isso, muitos estudantes que se encontravam no exterior regressaram a Macau, mas ainda há muitos que não, continuam os seus estudos e talvez só regressem em Junho ou Julho, e se então tiverem o cartão de consumo vão poder consumir. Mas como não estarão em Macau até ao final de Abril, perdem esse direito, o que não faz sentido. Proponho ao Governo que pondere o prolongamento do prazo de levantamento dos cartões até ao dia 20 de Julho, para que os residentes referidos possam utilizá-los. Mesmo que o Governo de Macau siga a tradição de “ter por base o Governo”, pensando apenas em facilitar o seu trabalho, e com isso não querer que sejam mais de dez serviços públicos e mais de dez bancos a prestar este serviço de distribuição dos cartões por um longo período de tempo, pode ponderar a disponibilização deste serviço apenas por um serviço público a partir do dia 30 de Abril. Creio que isto não vai constituir um grande obstáculo para o funcionamento dos serviços públicos, vai sim ao encontro do objectivo inicial do Governo na implementação desta medida. Assim, espero que o Governo prorogue o prazo de emissão dos cartões de consumo aos residentes que ainda não tenham regressado a Macau até ao final de Abril.

## IAOD da Deputada Lam Iok Fong em 26.03.2020

### **Como cidade cultural e criativa, Macau necessita de dar atenção às indústrias culturais e criativas, lançando medidas para apoiar o sector de arte e cultura a ultrapassar o período de combate à epidemia**

A epidemia da Covid-19 está cada vez mais grave ao nível mundial, e o número de casos confirmados está todos os dias a aumentar drasticamente, o que nos assusta a todos. O funcionamento da sociedade e do mercado dificilmente poderá ser recuperado a curto prazo. O ambiente económico tem sido mau desde o início do ano, por isso, as grandes empresas do jogo, as micro, pequenas e médias empresas, e os sectores, na sua maioria, que dependem dos visitantes e do fluxo de pessoas foram gravemente afectados. Os eventos e festivais de grande envergadura, os espectáculos culturais e artísticos, e os cursos de arte e cultura foram cancelados ou adiados devido à epidemia. Assim, os trabalhadores das indústrias culturais e criativas foram afectados, e muitos trabalham por conta própria ou em regime de “freelance”, e não têm rendimento fixo. Com o cancelamento das actividades, basicamente, as suas tarefas foram suspensas, pondo em causa a sua subsistência.

A reacção do Governo às medidas contra o novo tipo de coronavírus foi rápida, o que aliviou de certo modo as dificuldades das PME. Mas a política de diversificação industrial, promovida ao longo dos últimos dez anos, deu origem a uma indústria cultural e criativa recém-criada. Nesta altura difícil, se não forem adoptadas políticas adequadas, toda essa indústria será seriamente afectada. A atenção e o apoio a este grupo de pessoas e às pequenas empresas culturais e criativas afectadas pela epidemia são também para proteger uma indústria recém-criada, para os esforços do Governo nos últimos dez anos não serem desperdiçados.

Olhando para o mundo, as cidades que dão grande importância ao desenvolvimento cultural e às indústrias criativas incluíram programas de apoio às respectivas indústrias e às associações artísticas e culturais na primeira fase das medidas de combate à epidemia. Em Hong Kong, o governo canalizou 50 milhões para o Conselho de desenvolvimento de artes de Hong Kong (*Hong Kong Arts Development Council*) e lançou o programa de apoio ao sector de arte e cultura, e os grupos artísticos, projectos afectados pela epidemia e artistas individuais podem também receber subsídios. Em Taiwan, o Ministério da Cultura investiu 1,5 mil milhões de dólares de Taiwan nessas indústrias. Para além dos subsídios pecuniários, há também bonificação de juros de empréstimos para ajudar o financiamento dos grupos artísticos e culturais. Para além das medidas conservadoras, há também outras mais ambiciosas, por exemplo, incentivar os grupos artísticos e culturais a avançarem com a criação e o aumento das técnicas, formação de talentos, aumento da venda no mercado digital, etc., para se renovarem. O que se nota mais é que os planos de apoio de Taiwan visam ajudar as situações mais vulneráveis e difíceis, mas também incluem medidas de promoção, como a inclusão do consumo em estabelecimentos de actividades artísticas e culturais, como, de música, espaços para espectáculos artísticos e culturais, cinema, livrarias, etc., no âmbito dos vales de consumo. Na Coreia do Sul, já na segunda metade de Fevereiro, lançaram-se programas de assistência urgente para as artes e o espectáculo. Para

além dos fundos de assistência urgente e da bonificação dos empréstimos, há financiamento para disponibilizar materiais de desinfecção e protecção em 430 actuações de pequena envergadura. Mais, vão ser criados novos serviços para apoiar, ao nível jurídico e de gestão, as empresas afectadas.

Assim, espero que o Governo, tomando como referência a experiência das regiões onde são prósperas as indústrias culturais e criativas, implemente medidas de apoio às associações e operadores afectados pela epidemia, incluindo: 1) atribuir um subsídio aos “*freelancers*”, aos trabalhadores por conta própria e aos das associações, cujo salário foi afectado, para aliviar as suas dificuldades prementes; 2) lançar planos de formação remunerada destinados aos operadores, tal como acontece com o sector da construção civil, permitindo-lhes, durante a suspensão das actividades por causa da epidemia, continuar a aprender e a aumentar a sua capacidade e nível, e continuar a produzir obras, através, por exemplo, da recolha *online* de guiões e de *workshops* de leitura, o que pode resolver a falta de guiões e aumentar as respectivas matérias-primas, favorecendo o desenvolvimento a longo prazo das indústrias em causa; 3) incluir as actividades artísticas e culturais e o consumo nos seus estabelecimentos no âmbito do uso dos vales electrónicos, estimulando-se o respectivo consumo; 4) lançar medidas complementares para apoiar as indústrias durante a sua recuperação, por exemplo, ajudar as associações a reforçar os equipamentos electrónicos; prestar-lhes assistência na investigação, modernização de técnicas, formação de talentos e *marketing* digital; apoiar as lojas de produtos culturais e criativos no tratamento de formalidades para criar plataformas online de compras e no respectivo custo; permitir que as associações subsidiadas realizem espectáculos e eventos através da internet ou de outra forma que reduza a concentração de pessoas, quando as condições o permitam; serem abertos mais estabelecimentos para a realização de espectáculos pelas associações, onde serão fornecidos materiais de limpeza e de prevenção da epidemia aos utentes e aos espectadores, para que estes assistam com tranquilidade; 5) lançar a medida “Trabalho Sim, Caridade Não” e mais programas para as indústrias, possibilitando a participação de mais associações e operadores, para estes terem trabalho e ser enriquecida a vida cultural da população. Tudo isto permitirá atenuar, passo a passo, as dificuldades do sector cultural e artístico e criar uma base para o desenvolvimento a longo prazo das respectivas indústrias.

Se estas medidas surtirem efeito, o Governo pode ainda estendê-las a trabalhadores por conta própria e *freelancers* dos outros sectores, e às PME com dificuldade de sobrevivência, para conseguirem ultrapassar este período difícil de luta contra a epidemia e estarem preparados para a recuperação da economia local.

**IAOD dos Deputados Fong Ka Chio, Pang Chua, e Chan Wa Keong  
em 26.03.2020**

**Salvaguardar a segurança, combater, em conjunto, a epidemia e  
unir as forças da população**

A Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM realizou, em 23 de Março, a primeira reunião plenária deste ano. O presidente desta Comissão, que é o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, proferiu um discurso importante e instruções relevantes. Trata-se da primeira reunião plenária após a tomada de posse do novo Governo, dando-se início à nova conjuntura para os trabalhos na área da segurança nacional a desenvolver por Macau. E isto tem um significado especial perante esta Primavera em que se vive a situação epidémica do novo coronavírus, sendo ainda mais destacadas a inteligência política do Governo da RAEM ao considerar “a segurança pública como elemento básico do bem-estar da população” e a assunção das suas funções que consistem em “ter por base a população”. Temos as seguintes três reflexões:

1. Há que garantir a intocabilidade do limite político, isto é, o princípio “Um País, Dois Sistemas” e que assegurar a absoluta estabilidade da nossa base constitucional, composta pela Constituição e Lei Básica. O Governo da RAEM tem de aumentar as competências na governação de acordo com a lei e ter por base a salvaguarda da segurança e dos interesses do País, da RAEM e dos residentes, construindo, mediante constantes aperfeiçoamento e balanços, um sistema de governação científica.

2. Há que manter a consciencialização para prevenir e resolver os riscos internos e externos, e estar alerta para os incidentes do tipo “cisne negro” e “rinoceronte cinzento”. Há que avançar com a regulamentação de diplomas complementares à Lei de segurança nacional, recorrendo-se a meios jurídicos, à observação perspicaz e a estudos meticulosos para prevenir os actos prejudiciais à segurança nacional por parte de determinadas associações políticas e civis em Macau.

3. Falar sem actuar não contribui para a prosperidade do Estado. O conceito de segurança nacional não pode ficar-se pelo simples slogan, havendo antes que contar com acções reais. Em particular, perante esta epidemia, em que o Governo, os diversos estratos sociais e a população em geral têm responsabilidades indeclináveis. O Governo deve adoptar mais medidas para garantir a segurança e vida da população, bem como recuperar o desenvolvimento económico. Os diversos estratos sociais devem ter sentimentos de tolerância e benefício mútuo, e os residentes de Macau devem articular-se com o Governo na execução da lei, deixando-se de desobedecer, de inventar, acreditar ou transmitir rumores, devem sim unir-se para combater, em conjunto, a epidemia, salvaguardando a própria segurança, a segurança da RAEM e a segurança nacional.